



Congresso aprova Plano Plurianual 2012-2015 com aumento de recursos para ações sociais

Substitutivo do senador Walter Pinheiro prevê mais R\$ 102 bilhões em relação ao projeto original; maior parte é destinada a aperfeiçoamento do SUS, programa de combate ao crack, gerenciamento do Plano Nacional de Banda Larga e setor de turismo

Página 8

AGÊNCIA SENADO



A deputada Rose de Freitas, 1ª vice-presidente da Câmara, presidiu ontem a sessão do Congresso Nacional que aprovou o Plano Plurianual

PLENÁRIO | 3

Marco Maia: votações do próximo ano começarão com projetos sobre divisão dos royalties do petróleo e novo Código Florestal

FUTEBOL | 5

Falta de acordo sobre liberação de álcool nos estádios adia análise da Lei Geral da Copa em comissão especial



Novo relatório do PNE será apresentado até 10 de fevereiro, afirma Vanhoni

O relator do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10, do Executivo), deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), afirmou que deverá apresentar seu segundo relatório à proposta até o dia 10 de fevereiro de 2012. A data foi acordada entre os integrantes da comissão especial destinada a analisar o projeto, que define as metas da educação brasileira para os próximos dez anos. Até lá, Vanhoni deverá analisar as 440 novas emendas ao texto.

A maior polêmica diz respeito à meta de financiamento público do setor. Hoje, União, estados e municípios aplicam, juntos, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. O governo havia sugerido o aumento desse índice para 7% em uma década, mas entidades da sociedade civil pedem pelo menos 10%. Em seu primeiro relatório, apresentado em 5 de dezembro, Vanhoni fixou uma meta intermediária, de 8%.

Para a apresentação do primeiro tex-



PREFEITURA DE TAUBATÉ

A aplicação de 8% do PIB em educação poderá garantir melhorias como a matrícula anual de 4,5 milhões de crianças de zero a três anos em creches

to, o relator já havia analisado quase três mil emendas ao PNE. A expectativa de Vanhoni e do presidente da comissão especial, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), é que o PNE seja votado e enviado ao Senado até 15 de março de 2012.

Parâmetro - Um ponto que causou divergência no primeiro parecer foi o parâmetro de análise do cumprimento da meta de aplicação em ensino. O relatório

de Vanhoni mudou o índice adotado de “investimento público” em educação para “investimento público total”. Este último inclui mais valores em sua soma, como as verbas destinadas a bolsas de estudo e financiamento estudantil. A meta delimitada no texto, de 8% do PIB de investimento público total, corresponde a cerca de 7,5% de investimento direto.

O relator já adiantou que pretende, na segunda versão do substitutivo, apontar duas metas diferenciadas, de investimento direto e de investimento total. O objetivo, segundo o deputado, é garantir a aplicação dos valores acertados com o governo no ensino público.

Melhorias - Apesar da mudança prevista no texto, Vanhoni voltou a defender a meta de investimento total

em educação de 8% do PIB até o fim da década. O relator destacou que esse número deverá garantir “melhorias importantes” no setor, como a matrícula anual de 4,5 milhões de crianças de zero a três anos em creches gratuitas e a oferta de 12 milhões de vagas na educação básica em tempo integral.

A principal diferença do parecer em relação à proposta do governo, de acordo com o parlamentar, é a adoção do chamado Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Esse indicador pretende definir o valor médio necessário para manter um aluno na escola, cumpridos padrões mínimos de qualidade, que vão desde itens básicos de infraestrutura até a disponibilidade de verbas para projetos especiais. O CAQi, que tem por base o valor do PIB per capita, foi estabelecido em maio do ano passado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE – órgão vinculado ao MEC).

Para manter uma criança na creche, por exemplo, o governo gasta hoje cerca de R\$ 2.250 anuais, segundo o deputado. Esse valor passaria, conforme o texto do relator, para R\$ 3.600.

PARCERIA

Câmara assina convênios com Assembleia de Tocantins e Universidade Católica de Brasília

A Câmara assinou ontem um convênio com a Assembleia Legislativa de Tocantins de transmissão da TV Câmara digital no estado e um acordo de cooperação técnica com a Universidade Católica de Brasília. O presidente Marco Maia afirmou que os convênios abrem a possibilidade de ampliar os sinais da TV e da Rádio Câmara. “Estamos agregando conhecimento técnico de uma universidade que tem experiência e poderá ajudar na qualificação e escolha dos melhores equipamentos que poderão estar a serviço de nossos meios de comunicação para levar a boa informação à população brasileira.”

O acordo com o a universidade tem o objetivo de desenvolver ações, experimentos e testes com vistas a pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento e validação de aplicativos interativos e de conteúdos digitais, especialmente para as transmissões da TV Câmara em modalidade digital e interativa em Brasília.

A cooperação com a Universidade Católica vai possibilitar: estudar e desenvolver narrativas interativas para os programas da TV Câmara digital em Brasília; validar os aplicativos interativos da TV na capital; aferir a eficácia e produzir indicadores para cada aplicativo transmitido e para os programas exibidos pela emissora por meio de testes de campo feitos com os telespectadores e de aplicativos desenvolvidos para aferir audiência/participação.

Assembleia - O primeiro-secretário da Câmara, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), ressaltou que mais de 100 municípios já manifestaram interesse em retransmitir o sinal da TV. “Os acordos fortalecem a política de parceria, mas principalmente atendem a expectativa que é a necessidade e a forma pela qual a população brasileira tem se manifestado com relação a receber o sinal da TV Câmara e interagir também com as programações dos legislativos locais.”



FOTO

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas (PMDB-ES)

2º Vice-Presidente

Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes

Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Ouvidor Parlamentar

Miguel Corrêa (PT-MG)

Procurador Parlamentar

Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral

Rogério Ventura

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora

Simone Ravazzoli

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Maria Clarice Dias

Ralph Machado

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

Roselene Guedes

Henrique Eduardo Araújo

Ilustrador

Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Marco Maia: 2012 começará com votação da partilha de royalties e do Código Florestal

Marcello Larcher

O presidente Marco Maia informou ontem que 2012 vai começar com a votação de propostas polêmicas que foram adiadas neste final de ano, principalmente os textos aprovados pelo Senado sobre a divisão dos royalties do petróleo (Projeto de Lei 2565/11) e sobre o novo Código Florestal (EMS 1876/99).

Além dessas duas propostas, também é considerado prioritário o projeto que regula a previdência complementar dos servidores públicos federais (PL 1992/07) e cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), para gerenciar os recursos.

Em entrevista coletiva, Marco Maia fez um balanço dos trabalhos legislativos de 2011. Ele informou que a Câmara aprovou 144 propostas em Plenário e 493 nas comissões. No total, foram 637 propostas aprovadas.

O presidente respondeu a perguntas de jornalistas que cobrem o Congresso e de telespectadores da Rádio e da TV Câmara que participaram por meio do serviço 0800 da Casa.

Trabalhadores - Maia disse que pretende negociar, ainda no primeiro semestre de 2012, a votação do fim do fator previdenciário () e de uma política de reajuste acima da inflação para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo. “É preciso convencer a equipe econômica do governo, mas já temos uma comissão especial e estamos negociando isso com o Ministério da Previdência”, disse.

O presidente da Câmara lamentou

não ter conseguido incluir na pauta de votações o Projeto de Lei 4330/04, que regulamenta o trabalho terceirizado no Brasil, que concede mais segurança a esses empregados. Para Marco Maia, a prioridade tem de ser dada aos trabalhadores, tanto que, entre as principais matérias aprovadas neste ano, ele ressaltou a política de valorização do salário mínimo até 2015 (PL 382/11) e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (PL 3941/89).

Reajuste de servidores - Pergun-

tado sobre o reajuste de servidores, Maia disse que a Câmara deve seguir uma política semelhante à do Poder Executivo e integrar o esforço para não aumentar os gastos públicos em um momento de crise na economia mundial. “Deveríamos ter uma política de reajustes do setor público, para que isso fosse discutido de maneira mais natural, como na iniciativa privada, que tem uma data todos os anos para a correção dos salários”, disse.

O presidente admitiu rever o pagamento de funcionários dos gabi-

netes dos deputados, cujos salários estão “congelados” há 5 anos. Maia frisou, entretanto, que essa correção depende de mudanças no Orçamento de 2012, que não prevê recursos para tanto. O relator-geral do projeto do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), tem sinalizado que não abrirá exceção para reajustes nem na Câmara, nem no Judiciário, que também vem pressionando parlamentares pela inclusão, na proposta orçamentária, de recursos para aumento de salários.

RODOLFO STUCKERT

Acordos foram feitos para temas importantes, diz presidente

Marco Maia também foi questionado sobre a presença da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, nas votações mais importantes da Câmara, e se não haveria interferência do Executivo na condução dos trabalhos legislativos. O presidente disse que, pelo contrário, a ministra foi chamada ao seu gabinete porque os acordos estavam sendo feitos pela Câmara, de forma institucional.

“Foi exatamente porque mudamos a forma de encarar essas votações que pudemos fazer acordos para votar temas importantes. Não se trata de um embate entre governo e oposição, e a ministra foi chamada a participar, e não para conduzir o acordo”, disse.

Para exemplificar essa questão, Marco Maia afirmou que das 33 medidas provisórias votadas na Câmara, e que viraram lei, 27 foram modificadas pelos deputados e se transformaram em projetos de lei de conversão.



Marco Maia disse que pretende negociar também a votação de uma política de reajuste acima da inflação para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo

Psol recorre ao Supremo contra criação de cargos para o PSD

O Psol deu entrada no Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (19), com um mandado de segurança para sustar os efeitos da resolução da Mesa Diretora da Câmara (PRC 103/11) que cria 66 cargos e funções comissionadas para a estrutura partidária do PSD, criado neste ano. O texto foi aprovado no Plenário no último dia 14.

Para o líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), a medida não pode ocorrer por meio de resolução. “Criação de cargos tem que ser apresentada até 31 de agosto do ano

anterior. A Câmara não pode tudo”, criticou Alencar, que classificou o texto de “projeto do absurdo”.

O presidente Marco Maia explicou, em entrevista coletiva, que os 66 cargos foram criados temporariamente, até o final da legislatura, quando vai ocorrer nova redistribuição de acordo com o número de eleitos em 2014.



Chico Alencar

Maia disse que a decisão resultou de um debate jurídico sobre o impacto da criação do PSD na distribuição de cargos e vagas em comissões. Uma resolução anterior estabelecia que essa distribuição ocorreria de acordo com as bancadas eleitas. “Se nós levarmos isso ao pé da letra, o PSD não teria nenhum tipo de

estrutura dentro da Câmara para o seu funcionamento. E é incompreensível que tenha 56 deputados, que seja a terceira maior bancada da Câmara e não tenha estrutura para o seu trabalho”, afirmou o presidente.

O deputado Ivan Valente (Psol-SP) disse acreditar, porém, que não seria necessário criar cargos para o PSD, pois a Mesa poderia fazer um remanejamento da suplência de secretarias. Cada suplente de secretário tem direito a 10 cargos de natureza especial (CNEs).

Empresa que pagar salário menor por questões de raça e gênero poderá ser multada

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou projeto que prevê punição para empresas que paguem salários diferentes para as mesmas funções ou cargos em razão de sexo ou raça. A empresa que fizer a distinção será obrigada a pagar ao funcionário discriminado a diferença acumulada e

as contribuições previdenciárias equivalentes. Além disso, o funcionário também terá direito a multa de 50% sobre a diferença de vencimento.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Wellington Fagundes (PR-MT) ao Projeto de Lei 371/11, da



Manuela D'Ávila

deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS). O substitutivo amplia o alcance do projeto inicial, focado apenas na diferença salarial entre homens e mulheres, e inclui a questão racial.

Tramitação - A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será ana-

lisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Multa - Por outro lado, o texto do relator diminui o valor da multa prevista no projeto original. A deputada

Manuela sugere que seja cobrada da empresa uma multa equivalente a dez vezes a diferença salarial acumulada.

Já Wellington Fagundes argumenta que esse valor causa prejuízos desproporcionais e diminui a punição para 50% da diferença salarial acumulada. "Em nosso entendimento, a multa é um instrumento acessório ao montante principal e, por isso, não deve ter valor dez vezes superior a este", avalia o relator.

Fiscalização - Outra mudança proposta altera o instrumento de fiscalização da empresa. Pelo projeto original, o Guia de

Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social deveria ter três campos adicionais para incluir a qualificação do cargo, a quantidade de horas trabalhadas e o sexo do trabalhador.

Wellington Fagundes argumenta que este formulário já não é mais uti-

lizado e, por isso, alterou o projeto para que a prestação das informações seja tratada em regulamento. "Dessa forma, é possível compatibilizar a prestação das informações requeridas pelo projeto com os instrumentos existentes, os quais são constantemente aperfeiçoados e substituídos", justifica.



Wellington Fagundes

NOTAS DE PLENÁRIO

Royalties

Júlio Cesar (PSD-PI) lamentou que o Congresso Nacional não tenha se mobilizado para avaliar, ainda neste ano, o veto à proposta que prevê nova distribuição dos royalties arrecadados com a exploração do petróleo na camada pré-sal. O deputado, no entanto, informou que continuará recolhendo assinaturas para que o texto sobre o assunto seja votado em regime de urgência assim que os trabalhos legislativos forem retomados em 2012. Júlio Cesar registrou ainda homenagem prestada pelo Tribunal de Justiça ao jurista Celso Barros Coelho.

Direito à alimentação

A realização, em novembro, da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Salvador, foi ressaltada por Nazareno Fonteles (PT-PI). O objetivo do evento, segundo o deputado, foi debater propostas para garantir o direito da população à alimentação adequada. Fonteles disse que os maiores problemas da má alimentação são os alimentos transgênicos e o uso de agrotóxicos. "A adoção irresponsável de transgênicos no Brasil, a partir de 2006, levou ao aumento do uso de agrotóxicos", afirmou.



Barca Rio-Niterói

Chico D'Angelo (PT-RJ) encaminhou requerimento ao Ministério dos Transportes solicitando análise sobre supostos acidentes ocorridos com embarcações da Barca S.A., responsável pela travessia Rio de Janeiro- Niterói, na Baía da Guanabara. De acordo com o deputado, um recente acidente na travessia deixou um saldo de 65 pessoas feridas, e até o momento não foi explicado. Ele pediu providências da agência reguladora das barcas do Rio de Janeiro e disse que a travessia Rio-Niterói necessita de um transporte rápido, seguro e com acessibilidade.

Segurança no MT

Cabo Juliano Rabelo (PSB-MT) denunciou a desvalorização dos profissionais de segurança pública do Mato Grosso e disse que o incentivo salarial oferecido a eles é inaceitável. Segundo o deputado, o Mato Grosso passou de 3º para 19º lugar no ranking de salários de policiais, porque os reajustes dos proventos da categoria não acompanharam a inflação. O estado, disse Cabo Juliano, tem desafios na área de segurança que precisam ser enfrentados "com coragem e com políticas inovadoras e efetivas para melhorar a vida dos policiais".



Alfabetização

Luiz Alberto (PT-BA) destacou a realização, em Salvador, da solenidade de entrega de certificados do Programa de Alfabetização Mova Brasil. O deputado destacou também sua participação no ato comemorativo para celebrar os 70 anos do início da produção de petróleo no estado da Bahia. De acordo com Luiz Alberto, a Petrobras encaminhou ao Iphan pedido de tombamento do poço Candeias I, considerado uma relíquia histórica por abrigar o maquinário e o equipamento utilizados há 70 anos.

Bibliotecas

João Arruda (PMDB-PR) ressaltou o anúncio, pelo Ministério da Cultura, de que até 2020 todas as cidades terão uma biblioteca pública. "A iniciativa vai melhorar muito a qualidade da educação no País, disse o deputado, que citou como exemplo de sucesso o projeto Biblioteca Cidadã, que já tem mais de 200 unidades implantadas no Paraná, com dois mil livros de literatura portuguesa constantes da grade de educação infantil e fundamental. As bibliotecas, explicou, servem ainda de espaço para a reunião dos alunos e da comunidade.



155 anos de Itaituba

Dudimar Paxiuba (PSDB-PA) registrou o aniversário de 155 anos de Itaituba, município localizado às margens do rio Tapajós, e destacou a hospitalidade de seus habitantes para com os turistas. O deputado afirmou que o plebiscito realizado no Pará, sobre a divisão do estado, foi um grito de alerta para que todos acompanhem o orçamento e a execução de obras públicas, possibilitando que as verbas sejam aplicadas de forma a beneficiar toda a população.

Por falta de consenso, análise da Lei Geral da Copa é adiada para 2012

José Carlos Oliveira

A comissão especial da Lei Geral da Copa, que analisa o Projeto de Lei 2330/11, do Executivo, adiou para 2012 a votação do relatório sobre o texto. O parecer do relator, deputado Vicente Candido (PT-SP), deveria ser apreciado ontem, mas mesmo os parlamentares que estavam na reunião não assinaram a lista de presença. O movimento para impedir o quórum foi liderado pelos deputados contrários à liberação de bebida alcoólica nos estádios.

A última versão do relatório permite o consumo de álcool, mas apenas durante os jogos da Copa e não mais em todos os campeonatos do País, como chegou a ser previsto no primeiro parecer. Antes de votar o texto, o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) disse que quer ter a certeza de que o relatório vai manter a proibição de bebida alcoólica nos estádios, como determina o Estatuto do Torcedor.

“Não temos a última versão dessa proposta do relator. Até a penúltima, existia a liberação do uso de bebida alcoólica. Porém, nós estamos fazendo um grande movimento contra isso. O



Deputados contrários à venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol lideraram o movimento para adiamento da votação

adiamento nos dá a possibilidade de ampliar o nosso movimento contra a venda de bebida alcoólica nos estádios”, afirmou Macris.

Além das bebidas alcoólicas, também há muita polêmica em torno das opções de meia entrada ou de ingresso social para os idosos. Já está certo que estudantes, indígenas, beneficiários do Bolsa Família e adeptos da cam-

panha de desarmamento serão beneficiados com 300 mil ingressos mais baratos, a R\$ 50. Falta definir ainda a situação dos ingressos para as pessoas com deficiência.

Fifa - O presidente da comissão especial, deputado Renan Filho (PMDB-AL), disse que também não há acordo quanto ao artigo que trata da responsabilidade civil da União

por danos ocorridos durante a Copa. Apesar das críticas do presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Joseph Blatter, sobre um suposto atraso na tramitação da Lei Geral, Renan Filho negou que os parlamentares estejam se sentindo pressionados pela entidade.

“Não está havendo nenhuma pressão do presidente da Fifa para votarmos. O Congresso tem autonomia. Acredito que não haverá atraso significativo no calendário. Precisamos chegar a um texto comum”, explicou Renan Filho.

Na busca de consenso em torno da Lei Geral da Copa, o deputado Romário (PSB-RJ) também apoiou o adiamento da votação. “A Fifa não pode estar acima da nossa soberania. Eu e meus colegas entendemos assim e por isso adiamos para o ano que vem. Com calma, vamos tomar a melhor decisão. Tenho certeza de que vai sair uma Lei da Copa bem mais parecida com a cara do povo”, defendeu.

Segundo Romário, o único atraso que realmente preocupa os parlamentares, neste momento, é no andamento das obras de infraestrutura e de mobilidade urbana para o Mundial de 2014.

Turismo e Desporto prevê adoção de medidas contra a prática de bullying no esporte

A Comissão de Turismo e Desporto aprovou projeto que obriga instituições esportivas, estados e municípios a adotar medidas para combater o bullying no esporte. Pela proposta (PL 2129/11), do deputado Vaz de Lima (PSDB-SP), as entidades deverão incluir em seus projetos esportivos medidas educativas, de conscientização e de prevenção contra essa prática. O projeto altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98). A matéria tem caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

O relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), defendeu a aprovação do texto. Para ele, a prática do bullying difundiu-se em vários setores da vida social, incluindo o meio esportivo. Ele citou, entre as modalidades de violência psicológica comum nesse meio, a atribuição de apelidos que

pretendem ridicularizar o desempenho esportivo abaixo da média.

“Trata-se de agressões sempre repetidas, uma vez que a atividade desportiva frequentemente requer a comunicação entre os praticantes”, afirma. Leite citou ainda outros tipos de atitudes consideradas bullying, como a discriminação racial, da qual foi vítima, recentemente, o tetracampeão Roberto Carlos, e a intimidação física, frequente em esportes de contato.

Campanhas educativas - O relator lembrou que a Fifa tem promovido campanhas de combate à prática. Já em 2007, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, uma das organizações do grupo Diálogos Contra o Racismo, firmou uma parceria com a Fifa, por meio da ONG europeia anti-racista Fare, para combater o racismo e o preconceito nos estádios brasileiros.



Além de prever medidas educativas, o projeto aprovado pretende coibir, no esporte, práticas como a colocação de apelidos pejorativos e racismo

Moreira Mendes aponta vitória no Código Florestal

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), manifestou satisfação pelo acordo que acertou a votação do Código Florestal na Câmara para os dias 6 e 7 de março. “Eu gostaria que tivéssemos votado já neste ano, mas reconheço que prevaleceu o bom senso, que a votação na data combinada vai dar oportunidade ao relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), para amadurecer um pouco mais o texto dos senadores, ver se há algo a modificar, ouvir um pouco mais os deputados. O importante é que estaremos com este assunto liquidado até 7 de março”, afirmou.

O novo Código, segundo o deputado, representa um grande avanço, principalmente porque acaba com a insegurança jurídica



que hoje atormenta o produtor rural. “Eu digo de peito aberto que tenho muito orgulho de defender o produtor, que hoje é quem impulsiona a economia brasileira, enquanto outros setores estão com o crescimento estagnado”, comparou.

Para Moreira Mendes, a luta dos produtores teve o efeito positivo de mudar a visão da sociedade sobre a atividade rural. “No passado, numa escala de um a dez, nós tínhamos só um, e os ambientalistas tinham nove; hoje, já estamos no meio a meio, a sociedade compreendeu o valor da produção rural”, disse. Segundo o deputado, a sociedade urbana estava desinformada, mas agora aprendeu a reconhecer que é do campo que vêm seus alimentos e sua roupa.

O deputado acrescentou que outro efeito significativo é que o produtor “acordou” para sua própria importância, organizou-se em suas entidades, deu uma demonstração de comportamento democrático. Ele lembrou o que chamou de “histórico 5 de abril, quando enchemos a Esplanada dos Ministérios com 25 mil produtores de todo Brasil”.

Roberto Balestra sugere mudanças no texto aprovado no Senado

O deputado Roberto Balestra (PP-GO) apresentou sugestões para aprimorar o texto do novo Código Florestal aprovado no Senado. Segundo ele, as alterações promovidas nos artigos 27 e 28 são preocupantes. “Embora a competência de emissão de licenças para a supressão de novas áreas fique a cargo do órgão ambiental do estado, a existência de espécies ameaçadas de extinção que constem de lista federal vai retirar esse poder e se transformar em um problema de gestão ambiental futuro”, alertou o parlamentar.

Balestra considerou importante a supressão do inciso IV do artigo 27 e do parágrafo único do artigo 28, pois, segundo ele, as exceções para criar área de preservação permanente já estão previstas tanto no texto da Câmara quando no



do Senado.

O deputado disse ainda que não é conveniente disponibilizar os dados de cada propriedade para acesso público na internet. Em seu entendimento, isso fere o princípio da privacidade do produtor.

Esses dados, acrescentou, devem ser apenas de conhecimento dos órgãos ambientais e do governo federal, para formulação de políticas ambientais e de produção agropecuária. “A Câmara deve trabalhar para suprimir esse dispositivo”, reforçou.

Outro ponto polêmico, de acordo com o deputado, é o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Sendo declaratório para a

maioria das propriedades e uma premissa para que todos os fatos geradores de multas e ilegalidades ambientais sejam suspensos, creio que o interesse será do produtor em fazê-lo com a maior brevidade possível”, disse. No entanto, observou Balestra, se a ineficiência for do Poder Executivo, ele prorrogará o prazo quantas vezes forem necessárias.

Meio ambiente I

Celso Maldaner (PMDB-SC) apelou à Mesa da Câmara para que pautasse o mais rapidamente possível a votação do Código Florestal. Segundo o deputado, as emendas feitas no código anterior colocaram grande parte dos agricultores na ilegalidade. Maldaner enfatizou que o novo texto traz vários pontos positivos que vão facilitar desde a cadeia produtiva até a economia dos municípios. Como exemplo, ele citou a simplificação da agricultura familiar e a isenção do plano de manejo sustentável como fatores de desenvolvimento no campo.

Meio ambiente II

Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG) rechaçou a atitude de um integrante do Ministério Público que, em entrevista ao site da ONG Greenpeace, teria dito que poderia intervir no Legislativo caso a votação do Código Florestal não correspondesse às suas expectativas. O MP, disse o deputado, é uma instituição de auxílio ao Judiciário, que não tem o poder de ameaçar o Legislativo.

Juventude

Benedita da Silva (PT-RJ) destacou a realização da Segunda Conferência Nacional da Juventude, que reuniu jovens de todo o País, em Brasília, para discutir políticas públicas específicas. Segundo a deputada, dentro do programa há ações para garantir ao jovem acesso às políticas públicas, apoio a microprojetos de promoção cultural, além de parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres.

Izalci cobra explicações do governador do Distrito Federal sobre denúncias

O deputado Izalci (PR-DF) cobrou a vinda à Câmara do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, para se defender das acusações de corrupção divulgadas na imprensa. “Não podemos deixar isso esfriar. Tudo bem se o governador quiser vir aqui se explicar, seja no plenário ou nas comissões, mas empurrar com a barriga não dá”, afirmou o deputado.

Muitas testemunhas, segundo Izalci, precisam ser ouvidas, e o local ideal para esclarecer tudo é o Congresso Nacional. “A parte jurídica é com o STJ ou o STF, mas a ques-



tão política é aqui, porque recursos públicos estão envolvidos. Nós, deputados, temos que agir, cabe a esta Casa fiscalizar”, disse.

Para Izalci, há muitas dúvidas quanto à gestão de Agnelo Queiroz como ministro do Esporte e como diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Emendas - O deputado destacou também que a bancada do Distrito Federal conseguiu incluir no Orçamento de 2012 emendas que somam cerca de R\$ 234 milhões. A maior parte dos recursos, informou, será destinada à melhoria da infraestrutura – R\$ 105 milhões.

Outros R\$ 51,3 milhões deverão atender à área de saúde, com verbas para os hospitais Sara Kubitschek, Universitário e da Criança.

Fátima Bezerra destaca avanços do novo Plano Nacional de Educação

Presidente da Comissão de Educação e Cultura, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) convocou os movimentos sociais a se mobilizarem para que a Câmara aprove o novo Plano Nacional de Educação (PNE) até 15 de março.

Entre os avanços do plano, a deputada destacou a inclusão de emenda de sua autoria que prevê a equiparação do salário dos profissionais da educação à média da remuneração de outras categorias de nível superior. “Não é justo nem aceitável que o professor continue ganhando, em



média, 40% menos do que recebem os demais profissionais com mesmo grau de formação”, argumentou.

Atualmente, o piso dos professores é de R\$ 1.187. Fátima Bezerra reconheceu que, para garantir a equiparação proposta, será necessário auxílio da União. “Se o governo federal não ajudar, muitos municípios não terão condição de honrar o novo valor”, afirmou a deputada.

Outra conquista apontada por Fátima Bezerra foi a determinação do prazo de dois anos para que estados e municípios atualizem ou elaborem e aprovelem planos de cargos e salários para a categoria. A emenda, também apresentada pela deputada, foi acolhida pelo relator da proposta, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

Fátima Bezerra destacou ainda que o novo PNE obriga o poder público a universalizar o acesso dos alunos aos níveis fundamental e médio até 2016. “Quanto à creche, o PNE propõe ampliar as vagas de 0 a 3 anos e, no que diz respeito à educação profissional, a meta é triplicar o número, acrescentou.

Orçamento: sem acordo sobre o texto, votações são transferidas para hoje

Janary Júnior

Parlamentares da base aliada e da oposição ainda não chegaram a um acordo para votar a proposta orçamentária de 2012. Ontem, o Congresso foi palco de diversas reuniões reservadas com o objetivo de fechar posições. Mesmo assim, não foi possível avançar em pontos do parecer final apresentado na semana passada pelo relator-geral, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Sem consenso, o líder do DEM no colegiado, deputado Claudio Cajado (BA), pediu o adiamento da votação na Comissão Mista de Orçamento para esta quarta-feira, decisão que foi acompanhada pelos demais parlamentares. Na pauta, além do parecer final do Orçamento, está o relatório sobre as obras com indícios de irregularidades graves que ficarão proibidas de receber novos recursos no próximo ano. A reunião foi marcada para as 14 horas.

Pontos de discussão - A oposição apresentou ao governo uma lista de questões para discussão. Entre elas estão a ampliação dos recursos da Lei Kandir - Chinaglia reservou R\$ 3,4 bilhões, mas a oposição quer pelo menos mais R\$ 500 milhões, chegando ao valor dos últimos dois anos - e o aumento da dotação para o seguro rural.

O PSDB e o DEM também pressionam o Executivo para conceder reajustes aos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), e para os aposentados do INSS que ganham acima de um salário mínimo.

No primeiro caso (servidores), o parecer final não reservou nenhuma dotação adicional. No segundo, só está garantida a reposição pela inflação (6,3%), mas os apoiantes do aumento real. Os dois partidos deverão apresentar destaques para a inclusão dos reajustes no parecer.

O reajuste para os servidores é o tema mais complexo. Na reunião de ontem, os parlamentares tiveram uma mostra do que pode ser o clima da discussão do parecer final: servidores do Judiciário e do MPU tumultuaram o encontro gritando palavras de ordem.

Obras suspeitas - O DEM também não concorda com a votação do relatório das obras com suspeita de irregularidades. O partido quer que o relator, deputado Weliton Prado (PT-MG), inclua na lista a obra da refinaria Abreu e Lima, da Petrobras. O Tribunal de Contas da União (TCU) alega que houve sobrepreço em quatro contratos do empreendimento. No momento, o tribunal está analisando a defesa da estatal, e o processo de paralisação foi sobrestado.



LEONARDO PRADO



LEONARDO PRADO

Servidores do Judiciário e do MPU pressionaram por aumento durante a reunião; votações foram adiadas para hoje a pedido do deputado Claudio Cajado

Uma saída política sugerida na semana passada pelo deputado João Dado (PDT-SP) é obrigar a Petrobras a dar uma garantia financeira no valor do sobrepreço apurado (R\$ 1,32 bilhão). O problema é que uma operação como essa teria um alto custo financeiro para a estatal. Até hoje, os líderes devem negociar uma saída para esse impasse.

Outro ponto de discordância é a possibilidade de o Executivo remanejar livremente até 30% da dotação total do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A permissão está no texto do projeto de lei encaminhado pelo Executivo e foi mantida pelo relator-geral. Em termos nominais, o governo poderia remanejar R\$ 12,8

bilhões, sem necessidade de autorização do Congresso.

Emendas - Dentro do esforço para facilitar a aprovação da proposta orçamentária, o governo reabriu o sistema para o empenho de emendas individuais e ampliou o limite de empenhamento, que será divulgado hoje no Diário Oficial da União.

Apesar dos problemas, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), se mostrou otimista quanto ao fechamento de um acordo. "Em termos de reação [do governo], o Orçamento está bem encaminhado", disse ele, referindo-se às iniciativas tomadas pelo Executivo para votar a proposta, como a liberação de emendas.

Para sindicalistas e empresários, licitação de transporte rodoviário poderá causar demissões no setor

Oscar Telles

Representantes de trabalhadores e empresários do transporte rodoviário interestadual de passageiros manifestaram preocupação com o edital da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para as licitações no setor. Segundo eles, a proposta da ANTT poderá provocar a demissão em massa de trabalhadores. O assunto foi debatido ontem em audiência pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

O modelo que a ANTT adotou de

licitar o sistema em lotes, com a exigência de muitas empresas em algumas linhas, levará a uma divisão das atuais transportadoras, o que, aliado a outras regras divulgadas pela agência, causará a demissão em massa de trabalhadores, na avaliação do diretor-superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros, José Luiz Santolin; e do assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre José Alves do Couto Filho.

Autor do requerimento para realização do debate, o deputado Ademir Camilo (PSD-MG) também avaliou que a exigência de pelo menos quatro empresas por linha vai provocar a demissão de muitos

trabalhadores - cerca de 40 mil, de acordo com Camilo. "Não tem a mínima condição dividir em lotes", destacou, acrescentando que a maior queixa é sobre esse ponto do edital, que deve ser publicado ainda neste mês, segundo ele.

A superintendente de Serviços da ANTT, Sônia Rodrigues Haddad, afirmou, porém, que os empregos no setor serão mantidos.

Durante a audiência, também foi ressaltada a preocupação com a redução da frota, hoje de aproximadamente 13 mil ônibus. O edital prevê cerca de sete mil.

Sônia Haddad explicou que a agência não propõe a redução da frota. O que a licitação específica é uma frota referencial

para efeito de cálculo dos custos dos serviços. "Hoje as empresas têm um cadastro na ANTT com o rol de frota disponível para operação. Não quer dizer que ela opera com todos aqueles veículos", explicou.

Lotes inviáveis - De acordo com José Luiz Santolin, análise feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que todos os lotes propostos pela agência propõe são inviáveis economicamente. "Nós entendemos que eles são inviáveis ainda em outros aspectos, do ponto de vista técnico, operacional. Eles induzem custos por repetir a necessidade de infraestrutura", afirmou.

PPA aprovado no Congresso aumenta verbas para saúde, turismo e banda larga

Eduardo Piovesan

O Plenário do Congresso aprovou ontem o substitutivo da Comissão Mista de Orçamento ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O texto acrescenta R\$ 102 bilhões em emendas à redação original, que prevê gastos de R\$ 5,4 trilhões nos próximos quatro anos. A matéria, aprovada com adendos do relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), será enviada à sanção presidencial.

Segundo o relator, como esse plano é um instrumento de planejamento, o Parlamento deve lidar com ele sob esse parâmetro. "Elaboramos um PPA que não é só do governo ou da oposição, mas é do Brasil. Ele terá programas temáticos, com grandes empreendimentos detalhados", afirmou.

Nos quatro anos, está previsto R\$ 1 bilhão a mais para aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A Telebrás terá outros R\$ 2 bilhões adicionais para gerenciar o Plano Nacional de Banda Larga. Já o programa de combate ao crack terá mais R\$ 400 milhões. O setor do turismo contará com cerca de R\$ 500 milhões a mais que o previsto originalmente.

Para os aeroportos, o PPA reserva R\$ 3,2 bilhões no período 2012-2015. Na educação superior, para ampliação e adequação – inclusive de hospitais universitários – o texto estima R\$ 2,6 bilhões. O transporte ferroviário terá R\$ 8 bilhões.

Walter Pinheiro ressaltou que o Congresso receberá anualmente relatório de acompanhamento da execução do PPA, que poderá ser analisado não só pela Comissão Mista de Orçamento como pelas comissões permanentes das duas Casas.

Já o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) avaliou que o PPA prevê metas para o setor público e para o setor privado dentro dos programas listados no plano, o que poderia provocar algum "mascaramento" sobre o que o governo efetivamente cumpriu nessas metas. "Poderá ser difícil saber se determinadas metas foram atingidas mais graças à economia como um todo do que por esforço do governo", afirmou.

Tribunais - O acréscimo feito pelos parlamentares inclui também R\$ 300 milhões para a construção de quatro prédios para tribunais regionais federais (TRFs) a serem criados nas cidades de Curitiba, Manaus, Salvador e Belo

Horizonte.

Atualmente, a Justiça Federal conta com apenas cinco tribunais regionais, que atendem todos os estados. Eles estão localizados em Brasília (1ª região), Rio de Janeiro (2ª região), São Paulo (3ª região), Porto Alegre (4ª região) e Recife (5ª região). O TRF da 1ª região, por exemplo, abrange 14 estados.

O valor incluído no PPA é inferior ao necessário para custear as quatro obras, mas a intenção é abrir uma "janela orçamentária" para que a lei do Orçamento possa destinar recursos suficientes nos próximos anos. Além do lado financeiro, os parlamentares querem apressar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/02, do Senado, que prevê a criação dos novos TRFs. A PEC está pronta para ser votada no Plenário da Câmara.

Metas - As prioridades do governo expressas no PPA estão centradas nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil sem Miséria. Entre as principais ações que deverão ser executadas no período estão a construção de 2 milhões de casas com o programa Minha Casa, Minha Vida; a inclusão de 495 mil domicílios rurais no Programa Luz para Todos; a construção e adequação de 14,7 mil quilômetros de rodovias e 4,5 mil de ferrovias; e a expansão da internet banda

larga para 40 milhões de domicílios.

O PPA também oferece uma visão da macroeconomia nos próximos anos. Segundo o projeto, o Produto Interno Bruto (PIB) chegará a R\$ 6,1 trilhões em 2015, contra R\$ 4,1 trilhões neste ano. Em 2015, o salário mínimo será de R\$ 817,97, contra os atuais R\$ 545. A receita primária líquida se mantém estável, na casa dos 20% do PIB, o mesmo acontecendo com o superávit primário (1,6% ao ano para o governo central).



O texto aprovado pelo Congresso acrescenta R\$102 bilhões em emendas à redação original, do Executivo

Ministérios terão créditos adicionais de R\$ 518,6 milhões

Em sessão conjunta da Câmara e do Senado, o Congresso Nacional aprovou também seis projetos que concedem a diversos ministérios e a estatais R\$ 518,6 milhões em créditos adicionais ao Orçamento deste ano. A maior parte dos recursos (R\$ 164,8 milhões), prevista no PLN 42/11, será utilizada pelo Comando do Exército para a implantação do Sistema de Defesa Estratégico (Astros) 2020.

O Astros é um sistema formado por mísseis de longo alcance (300 quilômetros), que tem o objetivo de apoiar a Força Naval brasileira na defesa da Plataforma Continental e na manutenção da hegemonia regional na área de defesa terrestre pelos próximos 20 anos.

Outro projeto aprovado, PLN 41/11, destina ao Ministério da Integração Nacional cerca de R\$ 120 milhões para serem utilizados em obras e equipamentos necessários para garantir a ampliação da oferta de água potável em municípios brasileiros. A iniciativa integra o Plano Brasil sem Miséria.

Na mesma sessão, também foram aprovados o PLN 7/11, que abre em favor dos ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Turismo crédito suplementar de R\$ 19,2 milhões; PLN 47/11, que concede R\$ 81 milhões em créditos especiais aos ministérios da Fazenda; do Planejamento; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; PLN 39/11, que libera R\$ 49,2 milhões em créditos especiais aos ministérios da Educação; e do Esporte; e PLN 54/11, que concede à Companhia Docas do Pará (CDP), à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e à Caixa Econômica Federal créditos especiais no valor total de R\$ 38,6 milhões.

PLANO PLURIANUAL 2012-2015 - PRINCIPAIS PARÂMETROS

Parâmetro	PLOA* 2012	CN* 2012	2013	2014	2015
PIB - R\$ bilhões	4.537,50	4.510,10	5.008,70	5.522,00	6.087,80
PIB real (%)	5,00	4,50	5,50	5,50	5,50
IPCA Acum. (%)	4,80	6,00	4,50	4,50	4,50
IGP-DI Acum. (%)	5,00	6,00	4,50	4,50	4,50
Taxa de juros Selic % - média anual	12,50	10,50	11,00	9,50	8,00
Taxa de câmbio média (R\$)	1,64	1,80	1,72	1,74	1,77
Massa salarial (%)	9,79	9,79	9,30	9,10	9,00
Salário mínimo (R\$)	619,21	619,21	676,18	741,94	817,97
Reajuste Nominal do Salário Mínimo (%)	13,62	13,62	9,2	9,72	10,24

* PLOA - Projeto de Lei Orçamentária apresentado pelo Executivo (PLN 28/11).

* CN - proposta para 2012 alterada pelo Congresso Nacional.

Fontes: Proposta do PPA 2012-2015; PLOA 2012 e Relatório da Receita para o Orçamento de 2012 (CN-2012).